



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1604967 - RS (2019/0314293-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : PROCON CONSTRUÇOES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADA : ANDRÉIA MINUZZI FACCIN E OUTRO(S) - RS036414
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADORA : FERNANDA BIANCHI E OUTRO(S) - RS055214

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Procon Construções, Indústria e Comércio Ltda.** contra decisão pela qual neguei provimento ao agravo, por entender que: **(I)** o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas; **(II)** os valores devidos a título de correção monetária e juros de mora foram devidamente incluídos no julgamento proferido pela instância ordinária; **(III)** o exame da controvérsia relativa ao pagamento das custas processuais exigiria a análise de dispositivos de legislação local (Súmula 280/STF).

A parte embargante alega que: **(I)** a sentença determinou o pagamento da correção monetária a partir do vencimento da fatura até o efetivo pagamento, estipulando como termo final o dia 16/1/2014 e, não obstante, seu pedido é para que, após a apuração do valor devido em 16/1/2014, seja determinada a incidência da correção monetária e dos juros de mora até que o embargado efetue o pagamento do valor; **(II)** não está pleiteando o pagamento do valor da fatura devida, mas sim a correção monetária e os juros de mora que não foram pagos em decorrência de a fatura não ter sido paga no prazo legal.

Sem impugnação (fl. 1.106).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece acolhida.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão do acórdão atacado ou para correção de erro material.

Entretanto, no caso, não se verifica a existência de quaisquer das referidas deficiências.

De fato, na hipótese vertente, não há omissão a ser sanada, pois a decisão embargada consignou expressamente que a aplicação de correção monetária e juros moratórios tem como finalidade remunerar a parte pelo recebimento a destempo da obrigação assumida pelo Município.

Assim, tendo a Corte de origem determinado a incidência de juros de mora e correção monetária desde o vencimento da obrigação até o efetivo pagamento pelo Município, não há falar em violação aos dispositivos de lei suscitados nas razões do apelo nobre.

Ora, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que, a pretexto de alegadas omissões do acórdão embargado, traduzem, na verdade, inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado embargado, conforme exige o artigo 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

ANTE O EXPOSTO, rejeitam-se os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina

Relator